

Biomedicina, saúde pública e biopolítica

Bento de Jesus Caraça pertencia a uma geração de intelectuais e de cientistas de vários países que viam na ciência um recurso indispensável à resistência a todas as formas de poder opressivas e à capacitação dos cidadãos para a transformação da sociedade num sentido progressista. Talvez ninguém melhor do que o seu contemporâneo Joseph Needham tenha expressado essa crença naquilo que, mais do que uma afinidade electiva, era muitas vezes visto como um vínculo indissociável e congénito entre a ciência e a democracia. Segundo Needham, a democracia poderia mesmo ser considerada como uma prática de que a ciência seria a teoria (Needham 1993). Essa relação permitiria aos cientistas assumir a vocação de «falar a verdade ao poder», para usar a expressão com que Edward Said define a função social do intelectual (Said 1994). Essa seria também a assumida vocação do cientista, utilizando não só os meios próprios da sua actividade enquanto cientista no quadro dos regimes de verdade próprios dessa actividade, mas também a sua mobilização para o exercício da crítica e da transformação do mundo. Nos termos de Foucault, o poder associado à ciência seria, assim, um poder produtivo, um poder de criação de futuros e de transformação do presente (Foucault, 1975).¹

Essa mesma geração, contemporânea da ascensão dos fascismos, da Segunda Guerra Mundial e do início da Guerra Fria, assistiria, contudo, a uma das páginas mais negras da história da ciência e da medicina, que se estava a escrever na Alemanha nazi, e que parecia infligir um flagrante desmentido a essa ideia da origem e do destino comuns da ciência e da democracia. A política da «higiene racial», de um eugenismo «negativo» radical posto em prática através da esterilização

¹ A relação entre a ciência e a democracia está na origem de uma abundante bibliografia. Um bom ponto de entrada nos debates é Gonçalves (1996).

em massa, da eutanásia dos fisicamente débeis e dos doentes mentais, do extermínio dos racialmente «inferiores», da experimentação com prisioneiros de campos de concentração, é certamente a face mais conhecida da relação entre a ciência médica e a biologia com o regime nazi. Um aspecto sem dúvida perturbador dessa história é a «normalidade» de muito do que foi a prática dos biólogos e médicos alemães sob o nazismo, colhendo muitas das inspirações para as suas experiências no domínio da «higiene racial» na literatura médica internacional e em iniciativas políticas inspiradas por algumas correntes do eugenismo em países como os Estados Unidos ou a Suécia. Aí, a esterilização de certos sectores da população a quem era negado o direito à reprodução em nome de um interesse superior da sociedade conduziria a experiências de esterilização forçada associadas a restrições à imigração que hoje se sabe terem tido um âmbito vasto. As referências elogiosas a essas práticas encontradas em publicações alemãs da época não eram simples efeitos de uma perversão da ciência induzida pelo nazismo. Elas eram parte do que, em boa medida, constituía um conjunto de opiniões, de teorias e de práticas aceites e aprovadas por sectores importantes das várias comunidades nacionais de médicos e de biólogos, corrente já antes da ascensão do nazismo ao poder na Alemanha.

Esta situação, bem documentada pelos trabalhos de historiadores como Proctor (1988), Muller-Hill (1988) Weiss (1987) ou Weindling (1989) suscita, imediatamente, uma interrogação sobre o alegado vínculo entre a ciência e a democracia de que nos fala Needham. Se o conhecimento científico reconhecido e partilhado por cientistas de vários países vivendo e trabalhando sob regimes democráticos podia ser invocado para violações massiças da dignidade humana e, na versão nazi, para justificar o extermínio dos «inferiores» e «indesejáveis», a relação entre ciência e democracia ou o carácter inerentemente progressista da ciência acabava por se revelar, afinal, uma relação «sem garantias» (Hall 1996). Mais precisamente, a definição do que significa mobilizar a ciência para intervenções de transformação da sociedade e do mundo variou ao longo da história, e nem sempre as sociedades baseadas no princípio da defesa da dignidade humana e dos direitos dos cidadãos definiram formas adequadas e eficazes de protecção dessa dignidade e desses direitos contra intervenções no domínio da ciência feitas em nome do interesse superior do progresso ou do bem-estar das gerações futuras.

Os debates sobre os riscos de um novo eugenismo, desta vez um eugenismo «positivo» e «correctivo» associado aos novos recursos da genética molecular, embora assombrados pelo espectro da experiência

nazi, justificam-se, em grande medida, pelo conhecimento da extensão das violações dos direitos dos cidadãos e da sua dignidade associados, nomeadamente, a experiências médicas sobre doenças infecciosas, exposição a radiações e outras. Viver numa sociedade democrática, em que existem instituições capazes de proteger os cidadãos contra essas violações, não é uma garantia suficiente de que um exercício hoje considerado ilegítimo dos saberes/poderes científicos e médicos seja impedido ou denunciado no momento em que ocorre.

O mesmo se pode dizer dos mecanismos de auto-regulação da comunidade científica e da profissão médica. Depois da Segunda Guerra Mundial, houve a preocupação em garantir padrões de ética e deontologia profissionais que permitissem prevenir práticas que, antes da experiência nazi, eram muitas vezes levadas a cabo em nome do avanço da ciência e da medicina. A experiência histórica posterior, porém, mostrou que, especialmente em situações rápidas de produção de novo conhecimento e de inovações tecnológicas, qualquer forma de auto-regulação depara com o problema da controvérsia sobre a licitude de certas práticas associadas a essas inovações. Os exemplos da reprodução assistida, da investigação em embriões, dos testes genéticos e das terapias génicas, da clonagem reprodutiva e da clonagem terapêutica, da eutanásia, dos xenotransplantes, são expressivos desse problema, e têm obrigado a procurar outros meios e âmbitos de promoção do debate e da deliberação sobre o que é lícito e ilícito, aceitável e inaceitável, desejável e indesejável, sobre quem deve participar nesse debate e deliberação, em que condições e com que capacidade.

Contudo, o caso do nazismo suscita uma outra interrogação, não menos perturbadora e que, de certa forma, inverte o problema suscitado pela higiene racial. Como mostrou num livro recente o historiador Robert Proctor (1999), há uma «outra» face na história da medicina e da ciência sob os nazis, a da «guerra nazi contra o cancro». De facto, sob o regime nazi, foram promovidas muitas medidas pioneiras para a investigação das causas do cancro e, sobretudo, para a sua prevenção, algumas delas continuando esforços iniciados ainda sob a República de Weimar: criação de registos de cancro, operações de rastreio, campanhas de promoção do auto-exame para a prevenção do cancro da mama, regulação de carcinogéneos nos locais de trabalho, medidas de limitação da exposição ao amianto e às radiações e a substâncias químicas tóxicas, promoção de hábitos alimentares saudáveis e restrições à venda, publicidade e consumo de tabaco. Foi precisamente no domínio do estudo da relação entre tabagismo e cancro do pulmão que, sob o regime nazi, foram publicados dois estudos pioneiros, geral-

mente ignorados noutros países, mas que são precursores do que viria a ser uma literatura crescente a partir da década de 1950. Este inventário de medidas é praticamente idêntico ao que encontramos, hoje, em campanhas de prevenção e rastreio do cancro em países democráticos. A maior parte das medidas que o regime nazi promulgou em relação ao tabagismo são também, no essencial, idênticas às que foram adoptadas no âmbito das campanhas antitabagistas das últimas décadas nos Estados Unidos e em muitos países europeus.

Proctor, um historiador, conhecido pela sua obra anterior sobre a «higiene racial» e a medicina nazi, não deixa de avançar algumas interrogações especialmente perturbadoras para aqueles que celebram, hoje – justificadamente, sem dúvida –, as virtudes das intervenções preventivas sobre o ambiente e a saúde pública. Pode um regime repressivo usar virtuosamente a ciência para o bem dos seus súbditos? Que relação existe entre esta face «benigna» do regime e a higiene racial? Em que diferem as medidas promulgadas e postas em prática pelos nazis daquelas que, hoje, encontramos nas democracias liberais, e que são frequentemente denunciadas, precisamente, como intromissões autoritárias na vida pública e na vida pessoal? Será a proclamada universalidade dessas medidas suficiente para as distinguir da selectividade das que os nazis propunham, sempre associadas à eliminação dos «indesejáveis» ou *unfit*? Serão as intervenções em nome da saúde pública por parte do poder político, da administração pública e dos profissionais de saúde legítimas, independentemente do modo como esses poderes são exercidos e da sua relação com os cidadãos? Serão elas sempre autoritárias, como defendem os libertários como Jacob Sullum (1998)?

Pergunta Proctor como é que as rotinas da ciência e as suas intervenções «benignas» podem coexistir tão facilmente com o exercício rotineiro da crueldade. Uma resposta corrente é aquela que alimentou o debate em torno do livro de Proctor. Este girou em torno de questões éticas e da relação entre a ciência e os valores.² Mas não é claro que seja esta a única maneira, e nem sequer seja a mais adequada, de definir os termos do debate. Afinal, se também nas sociedades democráticas as violações dos direitos e da dignidade humana associadas à actividade científica e médica podem ocorrer, não é no domínio da definição de princípios éticos e da deontologia profissional – melhor, não é só nesse

² Uma útil caracterização e comentário do debate pode ser encontrada em Cantor (2001).

domínio – que podemos encontrar diferenças. É interessante pensar, por exemplo, naquilo que leva a que algumas organizações internacionais e empresas multinacionais tenham relocizado as suas experiências clínicas para países do hemisfério sul onde, apesar de serem partilhados por cientistas e profissionais de saúde os mesmos princípios éticos e deontológicos, se defende a suspensão dos direitos dos participantes nas experiências, uma flexibilidade ética que não seria admissível nos países do hemisfério norte.³

Devemos interrogar-nos, mais precisamente do que quando procuramos explorar as relações entre a ciência e diferentes regimes políticos, sobre como a rotina da ciência pode coexistir tão facilmente e de maneiras tão diferentes com o exercício rotineiro do poder e, especialmente, o desse poder produtivo sobre a vida a que Foucault chamou, nas suas duas manifestações, o biopoder e a biopolítica, essas formas de poder positivo e produtivo de promoção da vida e de «governo dos vivos» (Foucault 1976).

Para além da discussão dos problemas éticos, o que sobressai de uma análise comparativa das duas faces da medicina e da ciência nazis com outros casos históricos de afirmação dos saberes/poderes ligados à medicina é a diversidade de configurações que esse nexos pode assumir e a importância da sua relação com a distribuição e regulação desses saberes/poderes. Foram já evocados os casos da genética humana e das iniciativas de prevenção do cancro nas sociedades contemporâneas como casos interessantes para essa comparação, devido, precisamente, e como já foi apontado, à evocação do nazismo que, de formas diferentes, aparece nos debates em torno de uma e de outro.

A genética procurou libertar-se do espectro do eugenismo e da «higiene racial», mas muitos dos seus projectos continuam a manifestar uma grande vulnerabilidade a críticas que eram já as que eram dirigidas contra o «velho» eugenismo. A prevenção do cancro, por sua vez, e, em particular as campanhas contra o tabagismo, a promoção de uma alimentação e de estilos de vida saudáveis ou a regulação de carcinogénicos tem sido muitas vezes atacada como uma manifestação autoritária de uma nova versão da «obrigação de ser saudável», que seria incompatível com os direitos dos cidadãos e a livre iniciativa em sociedades democráticas. É importante, por isso, procurar identificar o que distingue os modos de existência actuais, nas sociedades democráticas do hemisfério norte, neste caso, tanto da genética humana

³ Sobre este problema, veja-se o excelente artigo de David J. Rothman (2001).

como da prevenção do cancro. Como se organizam socialmente estas práticas e como são exercidos os poderes/saberes a elas associados de modo a evitar as derivas autoritárias que, ainda que em versões benignas, abrem caminho à acusação de filiação em modos de mobilização desses saberes/poderes que seriam, na sua essência, de inspiração totalitária? Não basta, neste caso, invocar as diferenças de valores, ou a diferença de regimes políticos. Valores respeitáveis podem ser invocados para levar a cabo acções que acabam por os violar (experiências médicas, experiências com radiações em seres humanos, por exemplo). Se o discurso da exclusão e do extermínio que caracterizou os nazis não é hoje aceitável, a tentação da deriva autoritária apoiada na invocação da ciência continua a ser frequente. É importante, por isso, perceber a organização material das configurações de poderes/saberes e os modos como transformam «produtivamente» o mundo, tornando possíveis certos efeitos e impossíveis ou improváveis outros.

Procurei servir-me, aqui, e treslê-las produtivamente nesse processo, de algumas das contribuições do próprio Foucault, revistas por orientações recentes no domínio da sociologia das ciências e das tecnologias, para explorar as diferenças nas configurações de saberes/poderes que encontramos nas duas situações históricas.

As dimensões a considerar são: a composição do universo dos actores e das formas de poder/saber envolvidas nos dois contextos (heterogeneidade, distribuição); as formas de associação/dissociação desses diferentes actores (inclusão por incorporação, inclusão por tradução, exclusão, exclusão e eliminação); a extensão das redes assim constituídas; a força dessas associações; as mediações entre a ciência, a medicina e o regime; a resistência (negativa ou produtiva); a constituição de sujeitos autónomos – entendida a «autonomia», neste contexto, como a capacidade de decisão associada ao reconhecimento dos limites impostos por constrangimentos institucionais, sociais e culturais, assim como da denúncia e da subversão desses limites a partir de diferentes formas de resistência.

No caso da Alemanha nazi, os actores incluem as diferentes facções do regime; as diferentes disciplinas e orientações nos domínios da biologia, da química, da física ligada ao estudo das radiações, da agronomia, da antropologia, da medicina, da saúde pública, nomeadamente; e de outras áreas do saber. Os cidadãos eram divididos em dois grandes grupos: os que eram incorporados como sujeitos obrigados ao dever de serem saudáveis e, por isso, a sujeitarem-se ao conjunto das iniciativas destinadas não só a verificar a sua saúde racial, como também ao rastreio de problemas susceptíveis de afectar os «arianos». O pri-

meiro tipo de acções determinava a criação dos que seriam excluídos e, depois, em função das suas características, eliminados, de modos apropriados ao respectivo grupo (eutanásia, campos de extermínio). A extensão das redes era limitada aos que apoiavam activamente o regime ou aos que pertenciam à raça «certa». As mediações entre ciência, medicina e o regime nazi eram realizadas através de um conjunto de instituições que tinham sido objecto de «nazificação» nos primeiros anos do regime, de forma a garantir a sua «boa» composição racial e a sua identificação com os objectivos do regime.

Existiam formas de resistência, que passavam, em primeiro lugar, por resistências internas ao regime de certas facções ou de certas correntes na ciência e na medicina às orientações propostas por outras. A campanha antitabágica, por exemplo, encontrou a resistência, num dado momento, dos SA, que fabricavam e vendiam a sua própria marca de cigarros, que constituía uma das suas fontes de rendimento. Também as companhias tabaqueiras jogavam num terreno ambíguo, de resistência a certas medidas do regime, de modo a negociar situações vantajosas, criando uma grande ambiguidade baseada na estreita relação das tabaqueiras com o regime e, simultaneamente, a campanha contra o tabaco que, contudo, e especialmente na fase final da guerra e por motivos económicos e de gestão da moral das tropas, viria a entrar em contradição com o consumo de tabaco nas Forças Armadas.

Outras formas de resistência «negativa» vinham tanto dos cidadãos comuns como dos opositores políticos, com o regime a reconhecer que algumas das medidas propostas para diminuir o consumo de álcool, de tabaco e de alimentos menos saudáveis tinham uma eficácia relativa. Em territórios ocupados, como acontecia em França, e segundo alguns historiadores, essa resistência assumia a forma de consumo de tabaco, de música como o jazz, e de bebidas espirituosas.

Se olharmos a configuração de saberes/poderes ligada à genética humana, hoje, verifica-se que ela inclui um conjunto de actores que, sobretudo desde a década de 1980, tem vindo a alargar-se e diversificar-se. À inclusão inicial de investigadores e de médicos, vindos de diferentes disciplinas e especialidades, vieram juntar-se juristas, filósofos, eticistas, sociólogos, antropólogos, psicólogos e cientistas políticos, membros de Igrejas e grupos religiosos e, progressivamente, representantes de diferentes grupos de interesses, organizações e movimentos de cidadãos, jornalistas e cidadãos comuns, assim como membros de governos, deputados e responsáveis de agências estatais ligadas a este campo. O âmbito destas redes varia de país para país e ao longo do tempo, e a força dessas associações é variável assim como a intervenção activa dos vários actores.

À inclusão ou exclusão coercivas dos cidadãos que era própria do regime nazi, opõe-se aqui a inclusão com respeito pela *autonomia*, uma inclusão mediada por diferentes formas de debate público e de deliberação participada ou sancionada pelos cidadãos. As mediações entre a ciência, a medicina, a sociedade e o poder político faz-se, sobretudo, através de instâncias de regulação, que vão das formas mais convencionais de comissões de ética ou de «sábios» com composições variadas, a instâncias de auto-regulação científica e profissional (avaliação, associações profissionais), passando por agências governamentais, conselhos consultivos, iniciativas de diálogo, debate e deliberação envolvendo os cidadãos.

O sistema educativo e a comunicação social desempenham, neste processo, um papel fundamental, que pode ter efeitos ambíguos, seja no sentido do reforço de argumentos de autoridade apoiados na ciência, seja no sentido da potenciação do conhecimento e da argumentação científicos como parte de um repertório de recursos críticos a mobilizar no quadro do exercício de uma cidadania activa. A resistência à imposição autoritária de conhecimentos ou de inovações tecnológicas assume, nestas condições, um papel fundamental, o de obrigar ao debate público das condições e implicações da produção desses conhecimentos ou dessas inovações. Ela pode assumir múltiplas formas, desde as mais «passivas» até às que procuram, activamente e de forma dialogada, formulações alternativas de problemas e de soluções (Bauer 1995). A resistência pode manifestar-se no quadro de movimentos ou iniciativas de cidadãos, de organização de *fora* alternativos à política oficial ou aos *fora* profissionais, da organização de representações de interesses (Jamison 1998; Callon *et al.* 2001).

É este, em suma, o território que desenham os novos nexos entre saberes e poderes, um território «sem garantias» que vai sendo demarcado através do trabalho colectivo de definição dos futuros possíveis e dos mundos desejáveis. Esse trabalho é atravessado, contraditoriamente, por dinâmicas de colaboração e de solidariedade e pelo «agonismo pluralista» que garante a expressão da diversidade de posições, de opiniões, de projectos e de formas de conhecimento sem a qual a democracia é inviável e a deliberação impossível (Mouffe 1996).

O espaço para o intelectual ou o cientista que falam a verdade ao poder não desapareceu. Mas ele é, agora, o lugar do que Foucault designou por «intelectual específico», cuja intervenção cívica está associada ao exercício de poderes/saberes determinados, mas também pela emergência de sujeitos participativos e pela partilha com estes da autoridade para «dizer a verdade» sobre o mundo – o que designei

noutro lado por «testemunha articulada» (Nunes 1998-1999). É essa dimensão de participação no debate e na deliberação, de co-construção do político e do científico que faz a diferença entre o poder positivo do biopoder nazi e o poder positivo da democracia.

Referências bibliográficas

- Bauer, Martin, org. 1995. *Resistance to New Technology: Nuclear Power, Information Technology and Biotechnology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Callon, Michel, Pierre Lascoumes e Yannick Barthe. 2001. *Agir dans un monde incertain: Essai sur la démocratie technique*. Paris: Éditions du Seuil.
- Cantor, David. 2001. Cancer and the Nazis. *Science as Culture*: vol. 10 (1), 121-133.
- Foucault, Michel. 1975. *Surveiller et punir*. Paris: Gallimard.
- Foucault, Michel. 1976. *Histoire de la sexualité*, vol. 1: *La volonté de savoir*. Paris: Gallimard.
- Gonçalves, Eduarda, coord. 1996. *Ciência e Democracia*. Lisboa: Bertrand.
- Jamison, Andrew org. 1998. *Technology Policy Meets the Public (PESTO Papers 2)*. Aalborg: Aalborg University Press.
- Mouffe, Chantal. 1996. *O Regresso do Político*. Lisboa: Gradiva.
- Müller-Hill, Benno. 1988. *Murderous Science: Elimination by Scientific Selection of Jews, Gypsies and Others, Germany, 1933-1945*. Oxford: Oxford University Press.
- Needham, Joseph. 1993. «Science and Democracy: A Fundamental Correlation.» In *The «Racial» Economy of Science: Toward a Democratic Future*, org. Sandra Harding Bloomington, 434-439. Indiana: Indiana University Press.
- Nunes, João Arriscado. 1998-1999. Para além das «duas culturas»: tecnociências, tecnoculturas e teoria crítica. *Revista Crítica de Ciências Sociais* 52-53: 15-60.
- Nunes, João Arriscado. 2001. «Teoria crítica, cultura e ciência: o(s) espaço(s) e o(s) conhecimento(s) da globalização.» In *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*, org. Boaventura de Sousa Santos, 297-338. Porto: Edições Afrontamento.
- Proctor, Robert N. 1988. *Racial Hygiene: Medicine under the Nazis*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Proctor, Robert N. 1999. *The Nazi War on Cancer*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- Rothman, David J. 2001. Les nouveaux cobayes de la recherche médicale. *La Recherche*, 342: 29-37.
- Said, Edward W. 1994. *Representations of the Intellectual. The 1993 Reith Lectures*. London: Vintage.
- Sullum, Jacob. 1998. *For Your Own Good: The Anti-Smoking Crusade and the Tyranny of Public Health*. New York: Free Press.
- Weindling, Paul. 1989. *Health, Race and German Politics Between National Unification and Nazism 1870-1945*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Weiss, Sheila F.. 1987. *Race Hygiene and National Efficiency: The Eugenics of Wilhelm Schallmayer*. Berkeley: University of California Press.

Condição indispensável para que o homem possa trilhar a senda da cultura – que ele seja economicamente independente. Consequência – o problema económico é, de todos os problemas sociais, aquele que tem de ser resolvido em primeiro lugar. Tudo aquilo que for empreendido sem a resolução prévia, radical e séria, desse problema, não passará, ou duma tentativa ingénua, com vaga tinta filantrópica, destinada a perder-se na impotência, ou de uma mão-cheia de pó atirada aos olhos dos incautos.

Bento de Jesus Caraça, *A Cultura Integral do Indivíduo – Problema Central do Nosso Tempo*, 1933.